

PEDAGOGIA DA AUTONOMIA: ANÁLISE DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA A AGRICULTORES ASSENTADOS

Marlene Ribeiro¹

RESUMO

O texto propõe-se à análise do trabalho de assistência técnico-pedagógica marcado pelo princípio da autonomia, desenvolvido através do Projeto Lumiar/RS com as famílias dos agricultores do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no Rio Grande do Sul. Resulta de uma pesquisa de campo, cuja finalidade foi avaliar o trabalho de assistência técnica a agricultores assentados. Os resultados da pesquisa apontam em dois sentidos: a) a conclusão de que a assistência técnico-pedagógica aos agricultores é imprescindível à viabilização dos assentamentos; b) a necessidade de repensar a educação acadêmica e a escola básica, em termos de metodologia, relações professor/aluno, conteúdos e formação de professores, compreendendo a educação com o sentido de formação.

ABSTRACT

The text presents an analysis of the work of technical-pedagogic support, marked with the autonomy principle, carried out by the Projeto Lumiar, which is developed with the families of the farmers which integrate the Landless Workers Movement - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - in Rio Grande do Sul. It is the result of a research whose purpose was to evaluate the technical support work provided to settled farmers. The results of this research point out the following: a) the conclusion that the technical-pedagogic support to the farmers is necessary to the viability of the settlements; b) the need for reviewing the academic education and the basic school, in terms of methodology, relationship between teachers and students, contents, teachers formation, understanding education as a formation meaning.

¹ Professora Titular em Filosofia da Educação da graduação em pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da FAGED/UFRGS, coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Experiências em Trabalho, Movimentos Sociais e Educação da FAGED/UFRGS.

INTRODUÇÃO

Neste texto tenho como questão central o desafio colocado para o trabalho pedagógico desenvolvido pelos técnicos agrícolas que se debatem entre concepções e práticas contraditórias de assistência técnica para a dependência ou para a autonomia. Levanto a hipótese de que o trabalho técnico-pedagógico desenvolvido pelo Lumiar/RS volta-se para a autonomia do agricultor assentado. Tenho como base empírica a pesquisa “A viabilidade dos assentamentos de reforma agrária como uma resposta à questão social do desemprego: uma avaliação do trabalho técnico-pedagógico do Lumiar/RS”,² cujo objetivo era:

“avaliar o trabalho de assistência técnica desenvolvido junto aos projetos de assentamentos de Reforma Agrária sob a supervisão dos técnicos do Lumiar/RS, levantando aspectos positivos e identificando limites que possam ser superados em conjunto com supervisores, técnicos e agricultores”. (INCRA, 1996: 2).

Começo por caracterizar o trabalho de assistência técnica no seu sentido pedagógico de construção da autonomia econômica, política, técnica e cultural do agricultor assentado, situando tal modalidade de trabalho no contexto brasileiro em que historicamente a assistência técnica tem sido geradora de dependência. Formulo a concepção de autonomia fundada em uma relação dialógica referida à obra de Paulo Freire. Nessa direção, o pedagógico é definido pela relação entre técnico e agricultor na perspectiva de uma produção de conhecimentos e de ações geradoras de autonomia, que é intermediada pelo diálogo. Aproprio-me também de estudos sobre a relação entre a assistência técnica e a agricultura familiar feitos por GONÇALVES NETO (1997), ALMEIDA (1999), GRITTI (2000) e CALAZANS (1993). Em um segundo momento abordo a concepção de assistência técnica definida pelo Projeto Lumiar.

O Lumiar visa implantar um serviço descentralizado de apoio técnico às famílias dos agricultores assentados nos Projetos de Reforma Agrária,

² Esta pesquisa foi desenvolvida no período de julho a dezembro de 1999, envolvendo os técnicos e as instituições seguintes: Os engenheiros agrônomos Álvaro Delatorre, da Cooperativa Central dos Assentamentos de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul (COCEARGS); César Fernando Schiavon Aldrighi, do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA); Roberto Ramos e Vladimir Silva de Lima, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Professora Titular da FAGED/UFRGS, Marlene Ribeiro. A pesquisa foi financiada pela Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC), da Universidade de Brasília (UNB).

com iniciativa do Governo Federal, através do Gabinete do Ministro Extraordinário da Política Fundiária, coordenado de maneira partilhada pelo INCRA com outras instituições (INCRA, 1996: 03).

Dentro desse Projeto, a assistência técnica, juntamente com o crédito e o acesso à terra com infra-estrutura, constituem-se como os três vetores, intercomplementares e interdependentes, sobre o qual deve estruturar-se o Programa Nacional de Reforma Agrária, comprometido com a sustentabilidade e com a qualidade de vida das famílias assentadas (INCRA, 1996: 02).

Após a abordagem da concepção de assistência técnica do Lumiar, em um terceiro momento tento demonstrar que o trabalho técnico-pedagógico desenvolvido pelo Lumiar/RS tem como finalidade a autonomia do agricultor assentado. Baseio-me em relatórios, visitas a assentamentos, reuniões, entrevistas e anotações em caderno de campo.

Em um quarto segmento trago, à guisa de conclusões, alguns desafios que estão colocados para o trabalho técnico-pedagógico desenvolvido pelo Lumiar/RS. Os resultados da pesquisa apontam em dois sentidos. O primeiro diz respeito mais propriamente ao trabalho de assistência técnica e permite concluir que técnicos e agricultores vão, aos poucos e não sem conflitos, construindo uma relação de companheirismo, de troca de saberes, de respeito mútuo que rompe com o tradicional modelo assimétrico de relação técnico-trabalhador (RIBEIRO, 2000: 21).

Pode-se mesmo afirmar que esse trabalho de assistência técnica é imprescindível à viabilização dos assentamentos de Reforma Agrária. Um grande desafio coloca-se à continuidade do trabalho técnico-educativo na medida em que o Estado não define uma política concreta para o setor e, portanto, não dá segurança quanto ao repasse de verbas para os salários dos técnicos, pagos sob forma de bolsas de pesquisa pela FINATEC.

O segundo resultado diz respeito ao ensino básico e acadêmico e aponta elementos que permitem repensar a formação acadêmica e a escola básica no que se refere à metodologia de ensino, às relações professor-aluno, aos conteúdos programáticos, alterando a própria concepção de educação, tradicionalmente centrada na instrução, para caracterizar-se enquanto formação (RIBEIRO, 2000: 23).

Quem sabe o enfrentamento ao desafio de rever seus modelos, currículos, programas, relações, colocando-os sob a ótica das camadas subalternas, possa significar uma estratégia das escolas e universidades públicas na conquista de aliados para a luta pela manutenção de sua

qualidade e de seu compromisso social ameaçados pelas práticas mercadológicas do Estado neoliberal.

A importância desse trabalho para a formação de professores – área em que atuo – pode ser justificada pelas concepções de educação enquanto formação e de interdisciplinaridade na produção de conhecimento (RIBEIRO, 1998a; MACHADO e outras, 2000) e pela necessidade de atentar para formas alternativas de organização do trabalho, uma vez que o emprego assalariado, para o qual a escola vem formando, começa a perder sua primazia como modelo de trabalho.

UMA CONCEPÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA FUNDADA NA AUTONOMIA DO AGRICULTOR

Conceitos são ferramentas de trabalho utilizadas na análise de uma determinada realidade. Ordinariamente não estão prontos nas prateleiras bibliográficas ao modo de mercadorias e, quando estão, nem sempre são adequados; podem ser justos ou largos demais; podem ser pobres... Por isso precisam ser reconstruídos.

Com essa justificativa começo por construir o conceito de autonomia, que pode ser aplicado a diferentes situações. Na sua origem etimológica grega, tem o sentido de auto-determinação e auto-governo. Com relação ao trabalho, em sua acepção mais geral, significa a “possibilidade de escolha das tarefas, dos meios e do sentido do trabalho, resultando em dignidade e satisfação” (CATTANI, 2000: 147); com relação à política, seu sentido remete a “viver em sociedade, mas livre de imposições tirânicas, de normas arbitrárias, de trabalhos servis” (CATTANI, 2000: 147).

O conceito de autonomia que pretendo focalizar neste texto tem o trabalho pedagógico de assistência técnica ao agricultor familiar como conteúdo, tomando de empréstimo inicialmente os estudos de GONÇALVES NETO (1997) sobre assistência técnica e extensão rural. Para este autor, na definição de extensão rural está implícita a ação mediadora de técnicos agrícolas que fariam a ponte entre as inovações tecnológicas e os produtores rurais. A extensão rural dirigida para a “promoção do homem rural acaba sendo concentrada no serviço de assistência técnica” (CATTANI, 2000: 202). Essa definição, que incorpora os conceitos de *extensão rural*, *assistência técnica*, *produtores rurais* e

homem rural, encobre os interesses antagônicos e as relações conflituosas que atravessam as realidades que dão conteúdo a tais conceitos. Com a consciência desses limites vou, entretanto, indicar o autor como um dos portadores de registros históricos que permitem compreender a ingerência americana na criação e orientação de instituições nacionais destinadas a desenvolver as atividades de assistência técnica e extensão rural no Brasil (CATTANI, 2000: 203). É necessário ampliar o conhecimento sobre tal ingerência de modo que se desvele a relação entre a extensão rural e a escola rural, em que se destaca o papel desempenhado por esta última no processo de perda da autonomia de produção e, portanto, de perda da terra por parte do agricultor familiar gaúcho. Sob essa ótica, CALAZANS (1993) faz uma retrospectiva histórica da educação do Estado no meio rural associada a uma política de extensão rural, sendo esta política orientada e patrocinada por entidades americanas. Sobre o assunto afirma a autora:

“A Abcar teve como principais patrocinadores: organizações de “cooperação técnica” ligadas diretamente ao governo dos EUA (IIAA, ICA, AID, Uson, Aliança para o Progresso etc.); corporações, associações e fundações privadas, ditas “filantrópicas”, ligadas ao grande capital monopolista americano (AIA, Fundação Ford, Fundação Rockefeller, Fundação Kellog etc.); organismos internacionais permeáveis aos interesses dos dois grupos acima mencionados e que a eles dão legitimidade, cobertura e prestígio, que, como eles, são instrumentos em nossos países de expansão da economia de mercado, e vendem uma imagem romântica da extensão rural.” (IICA, OEA, BID, FAO, Bird) (CALAZANS, 1993: 24).

Também GRITTI (2000) realiza importante estudo em que mostra a influência americana na política agrícola e na educação rural, associando escola primária e extensão rural, já que através delas foram divulgadas e estimuladas as “novas” tecnologias para a agricultura no Rio Grande do Sul.

O autor anteriormente citado (GONÇALVES NETO, 1997: 204) afirma que, em detrimento da pesquisa sobre o potencial da agricultura, foi privilegiada, nos anos 50 e 60, a transferência de tecnologia, apesar da quase impossibilidade de adaptação da mesma à realidade agrícola nacional. Nos anos 70 é criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e a assistência técnica passa a ser feita pelas EMATERs estaduais, associando-se a assistência técnica ao crédito rural. Incluem-se, segundo o autor, os pequenos agricultores entre seu público-alvo. No mesmo texto, Gonçalves Neto levanta dúvidas a respeito de que o trabalho técnico possa ter atingido efetivamente os agricultores, apontando

questões acerca de uma possível avaliação dos serviços de extensão rural. Diz o autor que

“outros dados, de 1977, indicavam que os produtores que se esperava atingir pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER) incluíam 36% das empresas e latifúndios do país e apenas 4% dos minifúndios, indicando mais uma forma de desvio nos objetivos do sistema.” (GONÇALVES NETO, 1987: 205).

Essas contradições entre os propósitos e as realizações das instituições responsáveis pela assistência técnica já haviam sido identificadas quando analisei *as agências educativas do capital* (RIBEIRO, 1987), apoiando-me em depoimentos de agricultores. Um deles afirmava:

“Principalmente no município de Parintins (AM), a maioria dos técnicos agrícolas lotados na EMATER são fazendeiros; então jamais eles irão dá incentivos para o agricultor saí da exploração porque no momento em que o agricultor perde a sua terra deixa de cultivá o pedaço de chão, então é claro que ele tem mais um pra explorá, pra plantá capim pro seu boi comê (...)”. (RIBEIRO, 1987: 140).

Apoiei-me também em documentos, como o que foi produzido pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI/AM, 1984), segundo o qual

“o modelo importado pretendia em sua primeira fase de implantação – até o final dos anos 60 – implantar na agricultura brasileira um padrão que permitisse a expansão do capital no campo, envolvendo o pequeno produtor num sistema econômico cada vez mais contrário aos seus interesses. E tudo isso sob a capa do assistencialismo técnico e social”. (RIBEIRO, 1987: 36 - 37).

Já nessa época, a análise documental e bibliográfica e o acompanhamento ao trabalho desenvolvido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pela FETAGRI/AM me permitiam afirmar:

“Gerar a dependência dos créditos, da tecnologia importada e sofisticada, das sementes, do assistencialismo, da burocracia para a legalização da terra, do mercado para a venda dos produtos, nada mais são do que mecanismos educadores impostos aos posseiros e pequenos proprietários, candidatos a tornarem-se assalariados”. (RIBEIRO, 1987: 140).

Para ampliar-se a compreensão do conceito de autonomia é necessário pesquisar no Iluminismo, na Reforma Protestante, em Descartes e em Kant as suas origens histórico-filosóficas na modernidade. Entretanto, distanciar-me-ia em muito dos meus propósitos para esta reflexão a recuperação dessas

origens, o que será feito em outro texto. Nos estudos que venho desenvolvendo sobre os movimentos sociais populares, percebo a autonomia como um horizonte para o qual vem apontando as lutas e as reivindicações desses movimentos, por isso consultei ALMEIDA (1999). Conforme este autor, a autonomia buscada pelos movimentos reivindicatórios e associativos

“é contra uma determinada organização do trabalho (...), contra a dominação da racionalidade moderna no seio da modernidade; contra uma racionalização que concentra o poder de decisão, restringe a democracia e nega a cidadania; contra um processo de modernização que induz a um crescimento que destrói os equilíbrios naturais fundamentais, aumenta as desigualdades e impõe uma corrida acelerada e esgotante em direção às mudanças”. (ALMEIDA, 1999: 147).

A autonomia é uma relação contraditória que mostra a existência de sujeitos sociais em confronto. De um lado, há o capital com diferentes faces; uma delas é o Estado. Este pretende autonomizar-se das políticas de bem-estar para dar espaço ao mercado no qual os direitos do cidadão, transformados em mercadorias, possam ser selecionados e adquiridos conforme a capacidade de compra dos consumidores. De outro, estão os movimentos sociais populares que se organizam à margem do Estado e, por isso, contestam suas instituições, seu controle burocrático sobre a vida dos cidadãos, o esvaziamento de sua função de promotor das políticas públicas de bem-estar social e suas violentas formas de repressão (RIBEIRO, 1998b).

Nas observações participantes que fiz ao trabalho técnico-pedagógico desenvolvido pelo Lumiar/RS, percebi a autonomia enraizada nas condições materiais de produção de bens de sobrevivência; na produção de conhecimento e tecnologia própria que indicam a possibilidade de controle dos processos produtivos; na participação política sobre processos decisórios relacionados às comunidades municipal, regional e nacional e no âmbito das manifestações culturais e de organização do lazer.

Três processos articulados estariam na base da perda da autonomia da produção camponesa no Brasil, segundo ALMEIDA (1999: 147-148): a) a artificialização do trabalho dirigido à especialização, que transformou o camponês em monocultor; b) a profissionalização, que separou a vida e o trabalho; c) a setorialização, que acabou por instaurar a mobilidade do setor agrícola.

A autonomia camponesa, no seu sentido original, remetido à produção agrícola pré-industrial, explicita-se dentro dos limites do modo de produção

feudal nos quais o camponês detém os meios de produção, os instrumentos e os saberes sobre o trabalho, que lhe permitem organizar os processos de trabalho e os tempos nele empregados. Ao mesmo tempo, esse camponês está submetido a relações de servidão com os senhores que lhe oferecem “proteção” em troca de serviços e de entrega de produtos. Isso significa que a autonomia da organização dos processos produtivos, voltada para uma produção de subsistência e tendo em vista o pagamento dos tributos aos senhores, não é plena, tanto porque a produção para o senhor feudal integra a organização do processo de trabalho e não pode ser consumida fora da aldeia ou vendida no mercado, como porque não está colocada para o camponês medieval a possibilidade de participação política.

A autonomia camponesa no sistema de produção feudal, segundo estudos efetuados por KAUTSKY (1972), tem uma dimensão privada que se caracteriza pela propriedade familiar do lote ou parcela, e uma dimensão coletiva baseada no sistema de cultura de três rotações e na produção destinada exclusivamente ao consumo da aldeia. Essa dupla dimensão assume o caráter de princípio no qual se funda a autonomia do camponês medieval. Esse princípio será quebrado com a introdução da necessidade de orientar a produção para o mercado, o que virá a empobrecer e a esgotar o solo e, ao mesmo tempo, conferir um valor maior à propriedade da terra.

Ao explicitar características da propriedade feudal para justificar sua concepção de que no Brasil não houve uma evolução em direção ao feudalismo, Gorender não nega a autonomia camponesa caracterizada por Kautsky, apenas complementa a sua compreensão ao colocar a questão da co-propriedade da terra. Para GORENDER (1994: 24):

“os senhores feudais não tinham a propriedade completa da terra, que era o meio de produção fundamental, eles só tinham o direito eminente sobre a terra, o direito de receber rendas, mas não podiam expulsar o camponês”.

De diferentes maneiras, nos diversos países europeus, seja pelo cercamento das terras comunais transformadas em campos de pastagens ou de caça, seja pelo esgotamento das condições de produção do solo, seja pela criação de necessidades vinculadas à produção de produtos industrializados, seja pela expulsão pura e simples, a introdução do capitalismo no campo desagrega a produção camponesa, submete-a à sua lógica e cria o trabalhador despojado, livre das relações de servidão, da propriedade da terra e dos instrumentos de trabalho, com a finalidade de construir um mercado de força de trabalho essencial à produção urbano-industrial. Além

de KAUTSKY (1972), MARX (1982), especialmente no capítulo “A Chamada Acumulação Primitiva”, analisa o processo de expropriação/proletarização do camponês medieval.

A autonomia buscada pelo Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST) pode estar resgatando algumas características próprias da produção camponesa medieval, como a propriedade familiar e cultivo do lote articulados a diferentes modalidades de trabalho cooperativo, entre as quais a exploração e produção conjunta da terra, a organização dos tempos e espaços de trabalho, a organização coletiva da alimentação, do cuidado das crianças e do lazer, e o uso comum de máquinas e de transporte para a comercialização. Porém – e aí encontra-se o seu grande desafio – não pretende ser uma produção fechada para o assentamento até porque, da mesma forma que os produtos, as necessidades humanas se complexificam e o agricultor do século XXI não reúne condições de produzir todas as necessidades que a história tem instituído como básicas, devendo articular-se a produção agrícola com a produção industrial urbana.

A agricultura familiar no Brasil define-se nos marcos da produção colonial escravista feita nos moldes do capitalismo mercantil que, no final do século XIX, irá adequar-se aos modelos de industrialização e de modernização da agricultura definidos pela divisão internacional do trabalho. É dentro desses modelos associados de produção agrícola (mundo rural) e de produção industrial (mundo urbano) que podem ser compreendidos os processos de artificialização do trabalho, de profissionalização e de setorialização, caracterizados por ALMEIDA (1999). Para este autor, a autonomia camponesa vinculada à produção apresenta três características fundamentais: a) busca da autonomia da estrutura de produção, combinando energia e informação; b) busca de autonomia do espaço que permite o conhecimento sobre suas potencialidades; c) possibilidade de gerir o tempo de trabalho (ALMEIDA, 1999: 149). Nessas três dimensões, para o autor, estão contidas as possibilidades de combinar saberes com energias e instrumentos; de ampliar as possibilidades produtivas pela diversificação da produção; pela inclusão da indústria artesanal; pela criação de modalidades de comercialização/distribuição; pelas possibilidades de manter-se próximos do lugar onde moram; pela articulação entre as atividades produtivas, culturais e de lazer da comunidade; pela organização dos tempos e dos espaços de trabalho; pela distribuição das tarefas entre os familiares, diversificando-as de modo a ampliar a autonomia de cada um (ALMEIDA, 1999: 150).

Examinando a relação entre autonomia e assistência técnica, defrontamo-nos com conceitos contraditórios que é necessário explicitar. Para isso recorro à análise de Paulo Freire que desvela os sentidos da extensão rural, termo associado à assistência técnica. Ambos, assistência técnica e extensão rural, são termos de compreensão correlata que trazem embutida uma determinada concepção de produção de bens e de conhecimentos.

FREIRE (1979), ao situar as compreensões que pode suscitar o termo extensão, opta pelo sentido que indica a ação de estender algo a alguém, relacionando esta ação ao contexto em que o agrônomo desenvolve o seu trabalho de extensão rural junto a agricultores. O extensionista atua, portanto, como um mediador de conhecimentos entre o agricultor e o problema que em seu contexto o desafia. Sua ação pode, assim, ter dois tipos de encaminhamentos, dependendo das concepções e finalidades que informam seu trabalho. Um desses tipos trata de apresentar um pacote tecnológico de soluções eficientes e imediatas que não geram conhecimento porque este já vem embutido no pacote, criando-se, desse modo, uma relação de dependência do técnico, do conhecimento, da tecnologia e dos produtos atrelados a tais conhecimentos e tecnologia. Outro tipo de encaminhamento pode colocar em situação de diálogo o conhecimento técnico do agrônomo e os saberes da experiência do agricultor, construindo juntos as alternativas para que, em última instância, o agricultor, como sujeito ao qual o problema desafia, defina a melhor opção.

Aplicando o conceito de extensão ao trabalho do agrônomo, FREIRE (1979: 22) diseca as contradições da ação de estender, que implica transmissão/recepção, atividade/passividade, entrega/recepção, superioridade/inferioridade, messias/salvação, da parte daquele que estende para com aquele a quem se destina o conhecimento estendido. Além de uma postura autoritária, implica ainda uma visão mecanicista da relação entre quem presta e quem recebe a ação extensionista, e em uma conotação colonialista, ou seja, de *invasão cultural* através do “conteúdo levado, que reflete a visão de mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem”. Com esse sentido, a extensão confere ao técnico um poder que efetivamente não tem, dificultando a compreensão do seu papel educativo quando reduz os agricultores a indivíduos amorfos, incapazes de agir e pensar, necessitados da “salvação que vem do técnico”, passíveis de manipulação. Paulo Freire chega a criticar o sentido de persuasão e propaganda que adquiriu a extensão rural, perdendo-se a

dimensão educativa que pode caracterizar a relação entre o técnico e o agricultor.

Ao conceito mecanicista de extensão, em que está implícita uma visão de inferioridade e de passividade do agricultor, Paulo Freire propõe o paradigma relacional da comunicação, que pressupõe a produção de conhecimentos no diálogo entre sujeitos, daí porque a pergunta *extensão ou comunicação?* que dá título à obra, FREIRE (1979: 74) responde negando “ao termo extensão e a seu derivado extensionismo as conotações do fazer verdadeiramente educativo, que se encontram no conceito de comunicação”.

As reflexões de Paulo Freire, de início voltadas para a Educação de Adultos e posteriormente alargadas para abarcar a educação das camadas subalternas em todas as suas dimensões, ou seja, enquanto Educação Popular, indicam o diálogo como síntese de questões que implicam tal Educação. Diálogo este que é respeito pelo outro, escuta atenta, simetria relacional, troca de saberes, exercício da pergunta, construção de conhecimento. À relação de subordinação que se estabelece entre o aluno e o professor, que poderia ser transferida para a relação entre o agricultor e o técnico, FREIRE (1999) propõe uma educação para a autonomia, afirmando que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (FREIRE, 1979: 66).

Entendo que o conceito comunicação possa ser tão questionável quanto extensão ou assistência técnica porque uma problematização das práticas dos meios de comunicação pode mostrar que a sua apropriação e comercialização pelo capital define os conteúdos da mensagem, as parcelas do que deve ser divulgado e as formas como os conteúdos deverão chegar aos diferentes públicos-alvos. Embora seja necessário considerar também que tais meios estejam atravessados pelas contradições peculiares às relações sociais do modo de produção capitalista, não me irei deter sobre a análise da comunicação no Brasil porque me distanciaria dos objetivos que tenho para a análise da autonomia construída na relação técnico/agricultor. Quero apenas resgatar, de Paulo Freire, a crítica que faz às relações autoritárias, mecanicistas e assistencialistas que marcaram as práticas de assistência técnica e extensão rural e sublinhar a perspectiva de autonomia que este autor coloca como um princípio ético, orientador de toda a relação propriamente humana, que atravessa sua obra de ponta a ponta.

A CONCEPÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DEFINIDA PELO PROJETO LUMIAR

Diferente do que se poderia pensar, a autonomia não é uma proposta original dos técnicos que dão assistência aos assentados. Ela está inserida na concepção de assistência técnica projetada pelo Lumiar, ao definir suas ações com o sentido de, entre outros, “incentivar, apoiar e respeitar a autonomia dos processos de organização dos assentados” (*Metodologia de atuação*, 1997: 37). Na concepção de assistência técnica do Lumiar (idem) são considerados:

“os métodos de trabalho do Projeto Lumiar devem procurar estabelecer processos dinâmicos que levam à formulação coletiva de diagnósticos, planos e programas de ação, visando o desenvolvimento sustentável dos assentamentos e das organizações dos assentados, tanto no plano sócio-econômico, como nos planos ambiental, político e institucional; a análise crítica compartilhada e transparente, em todos os níveis, inclusive no do desempenho das equipes técnicas, deve ser o motor do processo dialético de desenvolvimento dos assentamentos, dos assentados e da própria assistência técnica; o processo de desenvolvimento se faz como uma espiral crescente, permitindo o aperfeiçoamento gradual da organização e da produção em cada ciclo da sistemática de atuação, pela aprendizagem coletiva, tanto dos próprios assentados como das equipes técnicas que os apoiam.”

É comum afirmarmos que no Brasil as leis que beneficiam o povo dificilmente saem do papel. Leis, projetos, decretos governamentais refletem relações de interesse e de força entre grupos sociais em conflito. Assim sendo, se não foram os técnicos que incluíram no Projeto Lumiar o princípio da autonomia que marca suas práticas, a inscrição desse princípio denota a presença do MST e de instituições aliadas suas entre os formuladores da política para os assentamentos de Reforma Agrária, regulamentada pelo Lumiar.³

Na história da assistência técnica e extensão rural no Brasil, conforme pode-se deduzir dos estudos anteriormente vistos, observam-se dois modelos intercomplementares. Um modelo é aquele em que o técnico está

³ A *Metodologia de atuação* do Projeto Lumiar “é resultado de várias discussões sobre metodologia, a última tendo ocorrido em Brasília nos dias 25 e 26 de março (1996) com a participação de representantes de diversas instituições (PNUD, FAO, IICA, MST, CRUB, Universidades do Rio de Janeiro e de Ijuí, FASER, ASSOCENE e INCRA)” (*Metodologia de atuação do Projeto Lumiar*, 1997: 35).

comprometido com os grandes empreendimentos, fazendas e empresas, onde poderá exercitar os conhecimentos relacionados a maquinaria, adubos, insumos, vacinas e outros produtos, cujo contato lhe foi proporcionado pelas escolas técnicas agrícolas de nível médio e pelos cursos universitários. O currículo de tais escolas e cursos, com o propósito de acompanhar as inovações científico-tecnológicas, na maioria das vezes exclui os saberes populares da experiência por considerá-los atrasados, um entrave ao desenvolvimento. Como os agricultores familiares não detêm capital para investir na aquisição de grandes máquinas, nem possuem grandes extensões de terras para utilizá-las, a assistência técnica fica descartada para essa população.

Outro modelo é aquele em que o técnico, convencido da superioridade, da objetividade e da neutralidade do conhecimento científico, propõe-se a transmiti-lo de forma linear e mecânica a agricultores analfabetos ou semi-analfabetos, em sua grande maioria, daí o fato de serem colocados na posição de quem recebe o conhecimento como se fora a luz e a salvação. Sem uma conveniente tradução deste conhecimento e sem condições materiais para concretizá-lo, o mesmo permanece como um discurso abstrato, estranho ao mundo do camponês, que acaba por rejeitá-lo. O técnico, por sua vez, desiste, convencido de que perde tempo com um camponês “teimoso”, que não quer mudar, o que também, conforme veremos, pode ter algum fundo de verdade.

Quer dizer, uma análise histórico-dialética não deve ignorar as contradições que atravessam as práticas sociais. Sob esse enfoque, as práticas sociais camponesas não devem ser idealizadas, mas remetidas ao mundo em que os agricultores familiares historicamente lutam para prender-se à terra e às formas de produzir que aprenderam com seus ancestrais. Ao mesmo tempo é preciso atentar que esses agricultores enviam os filhos à escola visando “libertá-los” do modo de ser e de produzir com o qual garantem o seu sustento e da sua família, porque introjetaram a representação social do atraso e a realidade da falta de perspectivas do mundo rural. As investidas do capital para submeter o campo à sua lógica produtiva colocam o agricultor numa posição contraditória de cavar trincheiras de defesa das formas de vida que conhece e que garantem a sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, de curvar-se à aceitação do rótulo de atrasado que lhe é impingido, legitimado principalmente pela sua carência de escolarização.

A construção de uma relação pedagógica entre o técnico agrícola e o agricultor assentado, fundada em uma autonomia econômica, política, técnica e cultural, considera tanto a história da produção camponesa quanto as lutas do MST pela instituição do trabalho cooperativo, baseado em relações solidárias direcionadas para a construção de uma democracia e justiça concretas.

PEDAGOGIA DA AUTONOMIA NA ASSISTÊNCIA TÉCNICA A AGRICULTORES ASSENTADOS

Na tentativa de demonstrar a minha hipótese de trabalho de que a assistência técnico-pedagógica desenvolvida pelo Projeto Lumiar/RS encaminha-se para a construção da autonomia do agricultor assentado, parto de conclusões e proposições apresentadas em Relatório de Pesquisa pela equipe de supervisão do Lumiar (SANTOS, 1998). Nesse Relatório é produzida uma reflexão sobre a prática da assistência técnica efetuada nos assentamentos de Reforma Agrária implantados e acompanhados pelo INCRA no Rio Grande do Sul, no período de julho/97 a julho/98. No mesmo documento são sistematizadas concepções teórico-metodológicas que informam as práticas dos técnicos, apontando como centrais

“a construção de novos paradigmas para um modelo de desenvolvimento, a educação popular como eixo pedagógico na construção do novo e que garanta um papel de sujeitos aos atores; a necessidade de uma visão holística por parte, principalmente, das equipes técnicas (...), dos sujeitos do processo produtivo em sociedade.” (SANTOS, 1998; 04).

A pesquisa desenvolvida inicialmente pela equipe do Lumiar, cujos resultados estão documentados no Relatório em tela, preocupava-se com a constituição de um novo modelo de desenvolvimento da agricultura, no qual estivessem implícitas tanto a consideração do agricultor assentado como sujeito em construção, portador e produtor de conhecimento, em relação com o outro e com seu mundo, quanto a necessidade de constituição de uma nova modalidade de assistência técnica. Coerente com esse propósito, apresenta o Relatório, entre suas conclusões:

O Projeto Lumiar pressupõe antes de mais nada um processo sistemático de formação de um novo perfil profissional, como condição necessária, processo este que se tem orientado desde a capacitação das

equipes (...) à reflexão da prática destes profissionais em processo de formação (SANTOS, 1998: 23).

No que me interessa particularmente – o trabalho técnico-pedagógico direcionado para a autonomia do agricultor – este é marcado pelas relações antagônicas e, portanto, contraditórias, em que estão inseridos técnicos e agricultores no sistema de produção capitalista, tendo a considerar as condições peculiares nas quais tal sistema implanta, desenvolve e domina as condições econômicas e sociais em que se faz a agricultura no Brasil. Assim, se o trabalho de assistência técnica originalmente está associado a processos de dominação econômica e cultural, os movimentos sociais populares, em que se destacam agricultores familiares vinculados, seja a sindicatos, a federações de trabalhadores rurais e à Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), seja ao MST, denunciam tal modelo e reivindicam do técnico, enquanto trabalhador, uma nova postura. Por sua vez, as contradições próprias das relações e das condições de trabalho desses técnicos propõem reflexões sobre suas práticas, que muitas vezes culminam com uma busca dos fundamentos dessas práticas nas ciências humanas e sociais, passando principalmente pela obra do educador Paulo Freire.

Se a caracterização da metodologia da assistência técnica definida pelo Lumiar apropria-se dessas reivindicações provenientes dos técnicos e dos movimentos sociais populares, incorporando, inclusive, a “autonomia dos processos de organização e os processos de diagnóstico, análise e decisões coletivas” (INCRA, 1997: 37), entretanto, o seu objetivo geral, em que é traçado o princípio orientador da política agrícola, deixa claro os propósitos do Estado neoliberal. Tal objetivo define para os assentamentos a necessidade de, mesmo pressupondo aquela assistência técnica, tornarem-se “unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional” (INCRA, 1996: 04).

Já é possível perceber, então, os antagonismos e, portanto, os conflitos que atravessam as relações entre agricultores, técnicos e instituições representativas do Estado. No trabalho pedagógico desenvolvido com os agricultores, ao mesmo tempo em que se observam relações de troca e companheirismo, as divergências arraigadas na duplicidade desses trabalhadores não deixam de se manifestar. Portanto, não é a uma autonomia idealizada, definida, pronta, que vou me reportar, mas a traços, esboços, tentativas de construção de práticas autônomas. Os propósitos do texto me

impõem alguns limites, de modo que trabalharei a questão escolhendo, entre um farto material de pesquisa, algumas manifestações de assentados e de técnicos que permitem captar aqueles traços e esboços com os quais penso estar afirmando-se, lenta e firmemente, uma autonomia conquistada e refletida de agricultores familiares assentados, resultante de um trabalho essencialmente pedagógico dos técnicos do Lumiar/RS.

Pode-se dizer que um trabalho de assistência técnica direcionado para a autonomia é uma utopia, naquele sentido de projeto viável a ser constantemente buscado e aperfeiçoado que lhe dava Paulo Freire. Os limites dessa autonomia estão implícitos na própria concepção de assistência técnica criticada por este educador; na formação recebida por agrônomos e veterinários em que predomina a especialização técnica sem uma base humanística; na histórica contradição do agricultor familiar que oscila entre ser proprietário de terra, ainda que seja um minifúndio, e de força de trabalho, mesmo que esta ainda não esteja submetida a uma relação de emprego, sendo o agricultor explorado ao levar a sua produção ao mercado. A essas dificuldades constituintes da natureza do trabalho e dos sujeitos que ela coloca em relação, acrescentam-se a experiência da assistência técnica desenvolvida pela Emater,⁴ o excesso de burocracia para a obtenção dos créditos, que muitas vezes compromete a relação do técnico com o agricultor; a diversidade de origens culturais reunidas em um mesmo assentamento; a retirada do Estado como provedor das políticas sociais; a carência de escolarização, que legitima o discurso sobre o atraso do agricultor e a separação entre o conhecimento do técnico e o saber da experiência do agricultor, com a desqualificação do saber deste último.

A consciência desses limites, colocados nas avaliações conjuntas das quais participaram técnicos e agricultores nos oito assentamentos em que foram realizadas as reuniões de avaliação do Lumiar/RS, constitui-se em um primeiro passo para a ruptura de uma relação autoritária, dicotômica, às vezes paternalista, e para a construção de uma relação de produção de conhecimento baseada no diálogo, no afeto e no respeito pelo outro.

⁴ No atual governo estadual (Olivio Dutra) começa uma aproximação entre o trabalho de assistência técnica desenvolvido pelo Lumiar, cujos assentamentos são acompanhados pelo INCRA, e o trabalho de assistência técnica desenvolvido pelos técnicos da Emater, cujos assentamentos são acompanhados por esta instituição vinculada ao governo estadual. Começa a haver, por parte da Emater, uma disposição para realizar um trabalho em conjunto com o Lumiar. Os técnicos vinculados a este Projeto interinstitucional e em nível federal parecem inclinados a corresponder e contribuir com aquela disposição.

Proponho-me a captar fragmentos de autonomia que emergem por dentro destes limites e apesar deles, nas falas de agricultores e técnicos, escolhendo, entre as muitas questões levantadas, três que me parecem significativas: o critério de viabilidade na avaliação dos projetos; a produção de adubo composto junto com o uso estratégico das sementes; o trabalho de cooperação.

Grande parte dos agricultores tem consciência de sua dificuldade em lidar com o novo, em aceitar a mudança, em deixar de fazer o que sempre fizeram e realizar novos aprendizados.

“A maioria do nosso povo não teve orientação técnica, aprendeu com os pais ou o máximo ligava pra Emater do seu município e chegava e dizia assim e o agricultor normal aceitava tudo. Nós do Movimento, por participar da organização, por ser este público que somos, somos de desafiar mais as coisas. Então nós começamos a não aceitar mais essas coisas sem estar elas fundamentadas. O trabalho com o assentado é mais desafiador porque o assentado questiona mais. É topetudo, nós somos topetudos, um pouco pela luta que teve de travar pra chegá onde chegou, um pouco porque o mundo também evoluiu...” (Conquista da Liberdade, 12/08/99)

“Nós viemos com a experiência de plantio de milho, soja; a maioria de Espingarda, que era muita ladeira. Tivemos técnicos da Emater e os técnicos não orientavam nada. Nós compramos um trator Valmet e a gente acabou vendendo porque não tinha como usar... Depois, quando veio o recurso para a vaca, o técnico levava pra comprá de um amigo dele e comprava caro. Nós acreditamos no profissional e as vacas eram doentes, mas todo o dinheiro era obrigatório comprar vacas.” (XIX de Setembro, 10/9/99).

“Se não fosse o técnico ninguém pensava em plantar arroz; fazia uma plantação que não ia dá certo. Vaca de leite não queria nem saber, só queria milho e soja...” (Capela, 09/08/99).

“A gente é um pouco teimoso, dá muita burrada na produção; é preciso muita conversa pra fazê entendê que está errado; muitos companheiros não conseguiram avançar e continuam na mesma produção.” (Itapui, 9/08/99).

“Nós viemos de 16 municípios diferentes, com culturas diferentes e experiências de produção diferentes. Muita gente subia montanha plantando milho, outros soja, outros trigo, outros trabalhavam com gado leiteiro. Chegamos numa área coberta de mato e outra própria para o arroz. Chegamos aqui administrando miséria. Fomos até pescá nessas lagoas pra nos alimentá...” (XIX de Setembro, 09/08/99)

As falas mostram que os próprios agricultores reconhecem sua teimosia, o que cria uma dificuldade na construção de uma relação de aprendizagem com o técnico. Essa teimosia tem suas bases também nas experiências negativas de assistência técnica, que introduzem uma desconfiança difícil de anular. Nesse processo de construção de uma confiança mútua, os técnicos têm optado por desenvolver, junto com os agricultores, pequenos experimentos que funcionam ao mesmo tempo como processo de produção, em que se articulam saberes e conhecimentos, e como análise da viabilidade do solo.

“Uma das coisa é a discussão da equipe e se conseguiu juntar os assentados e se preocupar com a viabilidade da produção dos assentamentos. Antes a Emater não tinha essa preocupação. Isso foi uma conquista. Nós investia em uma coisa que não tinha viabilidade. Essa discussão da viabilidade e dos objetivos do investimento é do Lumiar. O mínimo que o assentado tem que fazer é plantar pra comer. Não se dá valor ao programa que se preocupa com o ser humano e com a viabilidade dos assentamentos. Pra investir em projeto tem que discutir antes a viabilidade; investir em coisa que dá resultado. Não tem de onde tirá, o recurso perdido não vai voltá nunca, e agora está inadimplente. É preciso controlá esta questão”. (Lagoa do Junco, 11/08/99).

“Há uma diferença fantástica do trabalho da Emater pro do Lumiar porque a nossa agronomia é voltada para o consumo, vender veneno, vender máquina, e a nossa produção é ecológica. O nosso caso é a pequena propriedade pra produção ecológica do arroz, ou do leite, ou do hortigranjeiros”. (XIX de Setembro, 10/09/99).

“Antes de ser criado o Lumiar a orientação era direcionada, tipo cavalo de charrete. Vinha pra elaborar o projeto de investimento, não se pensava em desenvolvimento, na cultura. Não se fazia estudos de viabilidade; o sujeito pensava e quando via o projeto tava fechado nos quatro canto. Hoje o Lumiar é companheiro, discute junto e é questionado, a gente senta, discute a idéia e até onde pode chegá com o erro. A demanda pegada à agro-indústria não existe uma receita pronta, não temos técnico com pesquisa nessa área. É uma coisa nova que não se pode esperar; a gente tem a cultura anterior, tem o hábito que vai ao mercado e pega a coisa pronta. Tem que havê uma revolução na cabeça do sujeito. E o desafio é grande”. (Conquista da Liberdade, 12/08/99).

O trabalho de análise das condições do solo e do clima, dos recursos materiais disponíveis e das experiências dos agricultores, associado aos recursos que podem ser captados em empréstimos bancários, é um trabalho em que a relação de confiança e partilhamento de saberes e conhecimentos

precisa ser construída. Essa é uma difícil caminhada. Nessa caminhada constitui-se o critério de viabilidade que define os projetos, critério este que não é consensual.

Em um planejamento tradicional o sentido de viabilidade é exclusivamente econômico, definindo o investimento a partir de uma determinada expectativa de produtividade. No caso da relação pedagógica estabelecida pela assistência técnica do Lumiar com os assentados, a viabilidade assume um caráter estratégico de fixação dos agricultores na terra. Para MATUS (1989), a viabilidade, compreendida no momento estratégico da planificação situacional, é, ao mesmo tempo, uma construção dos atores colocados em relação e uma categoria de análise das condições concretas que permitem ou impedem que as ações do planejador respondam às demandas das forças sociais e das populações (MATUS, 1989: 70). A planificação, para esse autor, é uma ferramenta de luta nos processos em que os atores sociais se envolvem para alcançar “a principal liberdade humana, que é tentar decidir por nós e para nós onde queremos chegar e como lutar para alcançar esses objetivos” (MATUS, 1989: 12).

No trabalho técnico-pedagógico do Lumiar a viabilidade tem, sim, uma base econômica que vincula os recursos financeiros, os quais são escassos e emprestados pelos bancos estatais, às condições de sua aplicação, considerando, seja o tamanho e adequação do solo, seja a existência de força de trabalho disponível, seja a existência de recursos de outra ordem, como máquinas, madeiras, galpões, etc. Mas a base econômica não está descolada das relações políticas que se materializam nas discussões sobre o planejamento da produção, especialmente na fase de elaboração de projetos. Essas discussões, que irão fundamentar os projetos, para os quais a viabilidade é um critério fundamental, constituem-se em aprendizados nos quais se constrói a autonomia concreta dos agricultores assentados.

Nesse processo de construção do critério de viabilidade há uma paciência pedagógica na ação de insistir com o agricultor que ele precisa pensar no cercado e no plantio de pasto adequado, na exigência do atestado de vacina contra a brucelose, para que as suas vacas mantenham-se vivas e produzindo leite. Essa paciência enfrenta o drástico argumento da sobrevivência que se agarra à contagem da possibilidade dos oitenta reais mensais que poderão advir da venda do leite de uma vaca que ainda nem foi adquirida (Assentamento da Quinta, 22/12/99). A experiência da aquisição de vacas leiteiras em outro assentamento (XIX de Setembro), quando ainda não havia a assistência técnica do Lumiar, mostrou que, sem esse estudo de

viabilidade e sem experiência na produção de leite, os agricultores adquiriram vacas de leite doentes e a preços superfaturados que lhes ocasionaram graves prejuízos. A viabilidade passa também pela “questão da medição que era um problema porque ninguém sabia medir o calcário” (Assentamento Itapui Meridional, 09/08/99), pela realização de experimentos e pela mudança da matriz produtiva, o que implica romper com velhos hábitos e com a tradição de cultivo de determinadas culturas nas regiões de origem, como milho e soja, por exemplo.

O trabalho do técnico não pode também ser idealizado. A pesquisa de avaliação do Lumiar mostrou que, a par dos técnicos que tentam construir uma relação dialógica com os agricultores, relação esta que se abre ao questionamento e à aceitação de sugestões provenientes da experiência, há problemas na assistência técnica que precisam ser enfrentados para que se construa a autonomia do técnico e do agricultor nas relações que se estabelecem entre seus diferentes trabalhos. Há ainda técnicos que tomam atitudes paternalistas de levar o projeto pronto para o agricultor – “é papel do técnico se envolver na discussão do projeto mas não essa atividade mecânica de buscar assinaturas” –, como há técnicos que justificam a sua pouca participação na vida dos assentamentos devido à exigência de responder pelas atividades burocráticas resultantes dos projetos (Lagoa do Junco, 11/08/99). No caso do Assentamento da Quinta (22/12/99), o técnico não conseguiu fazer isso porque ficou preso à burocracia, fez um trabalho paternalista. O banco joga tudo pro técnico; deixamos o técnico fazer tudo, os assentados não aprendem e tudo fica centralizado no técnico. Precisamos pensar como é que o técnico tem que fazer o trabalho técnico articulado com o trabalho político.

No Assentamento Segredo Farroupilha (22/12/99) houve um problema que influenciou para que o técnico desistisse de continuar atuando. Isso porque ao técnico cabia fazer o laudo de aplicação dos recursos. Ao fazer isso constatou o desvio do dinheiro recebido que foi aplicado com outras finalidades. “Alguns companheiros não admitem os laudos; desviaram dinheiro porque plantaram mas não colocaram uréia e adubo porque usaram o dinheiro para outros fins e a produção não correspondeu.” Os laudos foram encaminhados a uma Comissão Estadual de análise que estabeleceu cortes de recursos. Num total de 90 projetos de agricultores, 31 sofreram cortes parciais e 09 totais, gerando-se um clima de conflito e de não aceitação do técnico que fez os laudos.

A política de laudos na aplicação dos recursos também pode ser compreendida dentro de uma estratégia do MST e do INCRA, desenvolvida através dos técnicos do Lumiar, para construir uma autonomia real dos agricultores assentados, eliminando-se a histórica relação de paternalismo, clientelismo e dependência em relação ao Estado.

O processo de resgate da autonomia do agricultor inclui, entre tantos outros aprendizados, o de produzir as suas próprias sementes e o de fazer adubo orgânico, tendo como objetivo uma produção agro-ecológica. Se pesquisarmos sobre o processo de modernização da agricultura, visto do ângulo do capital, ou sobre o processo de expulsão da terra, visto do ângulo do agricultor familiar, veremos que a proletarização desse agricultor tem, na ponta de seu processo, a introdução da produção voltada para o mercado. Dois elementos são cruciais no que concerne à perda da autonomia do agricultor na sua relação com o mercado: a produção de sementes e de adubos. O aprendizado de uso das sementes híbridas e dos adubos industrializados passa, entre outros processos, conforme estudos realizados por GRITTI (2000), pela assistência técnica e extensão rural e pela escola primária rural.

Através do Programa solidário *Troca Troca*, uma parceria entre o governo estadual/RS e os agricultores familiares, tendo, nos assentamentos de Reforma Agrária vinculados ao INCRA, a mediação dos técnicos do Lumiar da Regional Porto Alegre,⁵ foram vendidas sementes de milho *variedade*, a preços subsidiados, visando dotar os agricultores assentados de independência quanto à produção de sementes. Essa distribuição e uso das sementes vêm sendo supervisionada pelos técnicos do Lumiar/RS que repassam aos agricultores a justificativa e os objetivos do Programa.

Outro ponto nodal da autonomia do agricultor é a produção de adubos. Este ponto vai além do que se concebe como independência na produção, para inserir-se em uma concepção mais ampla de natureza, aí incluídos os seres humanos e suas relações sociais. Refere-se à produção agro-ecológica da qual não vou tratar, apenas trazer um trecho de uma reportagem, “Adubação Inusitada”, feita pelo Jornal *Zero Hora*, a partir da qual é possível argumentar sobre a importância da autonomia na produção de adubos pensada na perspectiva da agro-ecologia.

⁵ A reunião em que os técnicos receberam orientação sobre o Programa *Troca Troca* realizou-se em 04/10/99 e contou com a presença de 12 técnicos da Regional de Porto Alegre, 01 técnico da Direção Regional do MST, 01 técnico representando a COCEARGS e 01 professora da UFRGS, membro da equipe de supervisão do Lumiar/RS.

O arroz orgânico, cultivado sem agrotóxicos em 140 ha pelas 376 famílias do Assentamento de Viamão, recebeu na manhã de ontem uma adubação inédita, de maneira inusitada. Mais de 280 litros de um composto de esterco de vaca, soro de leite, caldo de cana e resíduos de rocha, diluído em água, foi aspergido por um avião sobre a lavoura, situada às margens da RS-040.

Essa notícia, que ocupa tão pouco espaço na coluna *Campo e Lavoura*, mostra também a possibilidade de associar o conhecimento mais tradicional e antigo acerca de elementos da natureza que podem ser utilizados como adubo com uma tecnologia avançada, que é a utilização de um avião para aspergir tal adubo.

Em uma outra matéria no mesmo jornal (*Zero Hora*, 30/06/2000), o Engenheiro Agrônomo José Lutzenberger, analisando os riscos que representa a pesquisa científica apropriada pelo capital e sob domínio do mercado, denuncia que a engenharia genética “é uma terrível conspiração que se constitui na culminação do processo de desapropriação do agricultor (...)”. Sobre o processo de modificação das sementes, conhecidas como “transgênicas”, diz ainda, no mesmo artigo: “trata-se de semente de tal maneira manipulada que, quando o agricultor tenta replantar as sementes de sua colheita, ela se “suicida” ao querer germinar.”

Essas duas matérias de um jornal de ampla circulação no estado (RS) dão a medida dos interesses e das forças que se confrontam no processo de construção da autonomia dos agricultores familiares. Mostram, também, os obstáculos que os técnicos enfrentam no trabalho educativo que desenvolvem junto a esses agricultores.

A cooperação no trabalho já é um dado mais complexo; enfrenta a formação individualista que atravessa as relações competitivas, próprias do modo de produção capitalista; enfrenta as diferenças culturais e as relações de gênero, carregadas de preconceitos e noções conservadoras dos papéis sociais; enfrenta, finalmente, a própria formação escolar desde a escola fundamental ao ensino superior.

Realmente o início foi coletivo, uma luta solidária para conquistar a terra, mas as dificuldades são muito grandes. A gente tava se acostumando com o coletivo, tinha pouca coisa e repartia pra sobreviver e tentava aplicar o recurso junto. Só que cooperativa não é assim; tem parte burocrática, tinha que pagar dinheiro que não sobrava e ficava sem ter o que comer. Outra coisa, pessoas de raça diferente, costumes diferentes e regiões diferentes também pensam diferente. Não deu certo também devido à área, uma área que não-

consegue produzir. Está se projetando a possibilidade de retomar o coletivo. No grupo já se começou a prosa, mas a questão do coletivo precisa ser mais amadurecida; o amadurecimento se dá em nós se conhecê, porque estamos nos conhecendo e perdendo vícios de origem e entendendo esse novo projeto (XIX de Setembro, 10/09/99).

“Eu fui acampar em trabalho cooperativo e depois mudei pra individual; a gente saiu por problemas pessoais e acho que individual é muito difícil. Associar algumas coisas seria bem melhor. Eu trabalho fora, de pedreiro, pra sobreviver e o serviço em casa pára. A horta e as vacas precisam de cuidado todo o dia. Individual é difícil, precisava associar algumas coisas, mas as nossas terras são péssimas; é difícil juntar grupo por causa da terra”. (Lagoa do Junco, 11/08/99).

“É uma questão de concepção. Meu sonho era ter uma forma de trabalho diferente do que a gente trabalha lá nas pirambeiras; um trabalho em forma de cooperação. A discussão desde o acampamento envolveu 30 pessoas, mas depois chegou a 20. Tenho certeza que facilita. O sistema capitalista é individual e é mais difícil. A lavoura é a longo prazo e o trabalhador precisa de um ganho pra sustentá a família. Com a cooperativa tem condições de diversificar as atividades. Se uma coisa não dá a outra dá. A idéia era que a área só serviria para o trabalho cooperativo, porque pela área alguns iam ficar com lotes ruins. Eles pegaram áreas que não tem condições de trabalhá; não precisa ser coletivo mas cooperado. Outras áreas não tem condições. Pra tocar o barco é necessário organização”. (Lagoa do Junco, 11/08/99).

“Na nossa cabeça fica confuso. Há diferença entre cooperativa tradicional e a forma de trabalho de cooperação hoje. Ahamos que é a saída mas ainda não conseguimos, vai aos poucos. Cooperação é bem maior do que cooperativa. A cooperativa é estratégica, ela sofre as mesmas restrições. Ela consegue planejar melhor, liberar uma pessoa para participar da organização. O trabalho de cooperação é um desafio ao Movimento. A dificuldade é a nossa cultura de artesanato, o egoísmo, eu sou peça...” (Conquista da Liberdade, 12/08/99)

“A cooperação é bem maior do que a cooperativa. Então é um desafio e uma busca que está se construindo desde o Movimento; mesmo as famílias que não têm uma cooperativa, um grupo produtivo, têm a sua cooperação dentro do assentamento. Olhando do ponto de vista econômico elas sofrem o mesmo tipo de dificuldade que os individuais sofrem.” (Conquista da Liberdade, 12/08/99).

“A cooperativa tem organização e horário; já temos um grupo de famílias; fazemos mutirão, cada um sabe onde é a sua parte; o uso coletivo tá dando mais ou menos certo. Há diferença entre empresa e trabalho coletivo; não

precisa se aproveitar do trabalho do outro. Quando nós viemos a maioria do trabalho era pra ser cooperativo, mas houve a falta de recursos. A política agrícola do governo não estimula a cooperação. Há companheiros pensando em trabalhar em grupos mas o individualismo ainda é muito forte, mas só com cooperação dá certo; o sistema de assentamento só funciona se houver cooperação". (Viamão, 30/11/99).

No centro das estratégias de autonomia adotadas pelo MST está o trabalho cooperativo. Não é, portanto, uma iniciativa dos técnicos do Lumiar. Estes incorporam do MST a compreensão sobre a necessidade de estimular o trabalho cooperativo como forma de sobrevivência da agricultura familiar. No entanto, apesar das dificuldades de atendimento individual devido às distâncias e ao número de técnicos por Assentamento, a assistência técnica é prestada a todos os assentados, mesmo porque, como os agricultores manifestaram, há uma grande diferença entre a cooperativa tradicional e as diferentes modalidades de cooperação que exigem um longo aprendizado iniciado ainda na fase do acampamento.

A cooperação, no sentido que lhe confere o MST, funda-se na solidariedade do trabalho e estende-se para a vida, marcando as relações de poder e de gênero, modificando práticas culturais e re-criando formas de lazer comunitário. No trabalho, a cooperação pode ocorrer pela reunião de um grupo de famílias que decidem trabalhar juntas a terra, ou comprar juntas uma máquina, ou levar juntas a sua produção ao mercado, ou realizar juntas uma pequena produção artesanal, ou... Há muitas formas criativas de realizar-se a cooperação antes de criar-se uma cooperativa em moldes formais.

Mas o meu objetivo não é descrever as diferentes modalidades de trabalho cooperativo praticadas nos assentamentos, muitas delas herdadas de práticas seculares, próprias da agricultura familiar. Proponho-me a captar o seu sentido educativo para a autonomia dos agricultores. A história mostra – e os agricultores reconhecem, conforme vimos nos depoimentos – ser quase impossível ao agricultor que trabalha individualmente o seu lote de terra sobreviver em uma sociedade cujas relações sociais, baseadas na competição, têm como fim último o mercado. Traduzida esta afirmação para a realidade do agricultor, é preciso partir desde o tamanho de sua terra, da quantidade da sua produção, da modalidade agro-ecológica que precisa de um mercado especial, até chegar ao transporte que levará tal produção ao mercado para ter-se idéia dos inúmeros gargalos que terá de enfrentar para reproduzir-se como agricultor autônomo.

E os agricultores têm conhecimento dessa realidade, mas, como eles próprios têm consciência, a formação individualista, uma história de artesanato que trabalha isolado e nessa condição leva seus produtos ao mercado, as diferenças culturais e os preconceitos que lhes vêm colados são barreiras bastante altas e difíceis de transpor para instituir a cooperação como princípio de trabalho e de vida. A esses obstáculos alia-se a formação predominantemente técnica do agrônomo, do veterinário e da maior parte dos profissionais de nível médio e superior, que não fornecem instrumentos prático-conceituais para o enfrentamento do desafio de educar e auto-educar-se para a cooperação.

DESAFIOS A UM TRABALHO TÉCNICO-PEDAGÓGICO PARA A AUTONOMIA DOS AGRICULTORES

A análise do trabalho técnico-pedagógico do Lumiar/RS com os agricultores assentados mostra a existência de inúmeros desafios em termos de dificuldades que se manifestam de ambos os lados. A teimosia, a heterogeneidade cultural, a inexperiência em elaborar projetos e administrar recursos, da parte dos agricultores, e a inadequação da formação acadêmica, o desconhecimento das áreas, a insegurança e a inexperiência de jovens, da parte dos técnicos, têm-se constituído em problemas acrescidos da tradicional burocracia que marca as práticas institucionais. Entretanto, agricultores e técnicos, apesar dos conflitos e divergências peculiares ao trabalho com e da terra, vêm inventando relações de trabalho que incorporam o respeito mútuo e o afeto e inauguram formas novas que vão além da assistência para significar uma produção partilhada.

Há muito caminho a percorrer no sentido de os agricultores tornarem-se autônomos no que concerne à produção de sementes, de adubos orgânicos, à elaboração de projetos e à administração de recursos. O aprendizado de submissão da escola e do emprego precisa ser superado pela conquista da autonomia, que passa também pelo domínio dos instrumentos lingüísticos e pelo acesso aos conhecimentos socialmente produzidos e acumulados. Há também um longo e doloroso aprendizado de técnicas em consonância com a natureza da terra e dos seres humanos, em que os técnicos precisam apagar o conhecimento dos venenos, dos "híbridos" e dos

pacotes tecnológicos indecifráveis geradores de dependência e de perda da terra.

Vimos até aqui que os técnicos e os agricultores assentados enfrentam muitos desafios em suas práticas cotidianas. No entanto, a grave questão que fica, após refletirmos sobre a pedagogia da autonomia enquanto um horizonte possível para o trabalho de assistência técnica aos agricultores assentados, é: afinal, qual o sentido da assistência técnica se os agricultores tornarem-se autônomos na produção de bens primários e na produção de conhecimentos? Ou melhor, qual a razão de ser do técnico agrícola caso os agricultores não necessitem mais da sua assistência?

Antes mesmo de enfrentar essas indagações, que desvelam a contradição do trabalho de assistência técnica colocado entre orientar para a dependência e orientar para a autonomia, tratarei de alguns limites concretos que estão postos para o exercício profissional de agrônomos, veterinários e outros técnicos de nível superior.

O desemprego estrutural e tecnológico, associado ao desmantelamento das políticas sociais, limitam consideravelmente as oportunidades de trabalho e as expectativas de jovens universitários recém formados. São esses jovens, em grande parte, os técnicos que aceitam uma bolsa de pesquisa como remuneração, o que significa não ter vínculo empregatício, não ter futuro, abdicar de direitos sociais. Esta realidade, por si só, poderia comprometer os propósitos do Lumiar, mostrando, mais uma vez, a contraditoriedade dos interesses que atravessam as políticas sociais no Brasil. Sobre o Lumiar, dizem NAVARRO, MORAES E MENEZES (1999: 47):

“Há uma generalizada expectativa de melhoria da situação a partir da implantação do “Projeto Lumiar”, em 1997, através do qual o INCRA recrutou jovens técnicos para prestar serviço nos assentamentos sob a responsabilidade daquele órgão. Observações empíricas aconselham, contudo, uma certa cautela nas prospecções mais otimistas, pois a inexperiência dos técnicos contratados justificam a desconfiança de que o Projeto pode ser reduzido a uma espécie de “estágio (mal) remunerado” para profissionais em início de carreira que, muito provavelmente, irão procurar outras alternativas de trabalho tão logo se sintam melhor qualificados. As condições de trabalho e remuneração não são atrativas para técnicos mais experientes.”

O acompanhamento ao trabalho dos técnicos, entretanto, tem mostrado que, a par da política de eliminação dos direitos sociais por parte do Estado brasileiro, esses trabalhadores, em sua maioria, vêm

demonstrando uma prática competente e compromissada com um novo modelo de agricultura e de sociedade. É aí que retomo o desafio da existência do técnico que está na raiz de uma pedagogia da autonomia. Penso que técnicos e agricultores se intercomplementam em seus trabalhos, conhecimentos e saberes. Há uma especificidade de conhecimentos e saberes nessas duas formas de relação com a terra, ao mesmo tempo em que essas duas formas se interpenetram na globalidade do trabalho da terra e da terra de trabalho. Não é uma coisa tão simples, mas a avaliação do trabalho de assistência técnica do Lumiar aponta nessa direção. Quer dizer, “trabalhadores – técnicos e agricultores – vão construindo, não sem diferenças, enfrentamentos, conflitos, uma pedagogia da autonomia que passa essencialmente pela cooperação” (RIBEIRO, 2000: 23).

E como fica a escola diante dessa perspectiva? A escola que prepara para a subordinação da ordem e do emprego, a escola que ensina a competir, a escola que encerra conhecimentos em disciplinas e encerra-se a si mesma em currículos, a escola que separa a técnica e a formação, o trabalho e a vida, o conhecimento e o saber? Como fica a formação para o trabalho em um mundo onde estão acabando-se os empregos?

Se a escola ou os sujeitos que encarnam a tarefa de educar quiserem efetivamente tirar partido da obra do grande educador Paulo Freire, precisam deixar de fazer leituras mecânicas dessa obra e transformar tais leituras em práticas. A pedagogia da autonomia não se faz com discurso mas em um trabalho diário, lento, cansativo, de adesão e de conhecimento, de prática e de reflexão, de compromisso e competência. Essa pedagogia vem sendo praticada por educadores que não frequentaram cursos regulares de formação de professores, mas estão nos mostrando o sentido de formar que transcende o mero ensinar; de formar e auto-formar-se para um mundo novo. Vale a pena conferir.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Jalcione. *A Construção Social de uma Nova Agricultura*. Porto Alegre: PGDR, 1999.
- CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio rural - Traços de uma trajetória. THERRIEN, Jacques e DAMASCENO, Maria Nobre (orgs.). *Educação e Escola no Campo*. Campinas: Papyrus, p. 15 - 42, 1993.
- CATTANI, Antonio David. *Trabalho e Autonomia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

- FETAGRI/AM. *Realidade Rural do Amazonas*. 2. ed. Manaus, mar., 1984.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *Pedagogia da Autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e Agricultura no Brasil*. Política agrícola e modernização econômica brasileira. 1960 - 1980. São Paulo: Hucitec, 1979.
- GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. 2. ed. STÉDILE, João Pedro (org.). *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, p. 15 - 44, 1994.
- GRITTI, Silvana Maria. *O Papel da Escola Primária Rural na Penetração do Capitalismo no Campo*. Pelotas: MDS/UCPel, 2000. Dissertação de Mestrado. 160 p.
- INCRA/Ministério Extraordinário de Política Fundiária. *Projeto Lumiar*. Brasília: Gráfica do INCRA, 1996.
- _____. *Projeto Lumiar. Metodologia de Atuação*. Brasília: Gráfica do INCRA, 1997.
- KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. Porto: Portucalense, vol. I, 1972.
- LUTZENBERGER, José A. A Conspiração dos Transgênicos. Opinião. *Zero Hora*. Porto Alegre, 30/06/2000, p. 25.
- MACHADO, Carmen e outras. *Da disciplina à indisciplina ou de como formar professores para um novo tempo*. Documento inédito. 28 p.
- MARX, Karl. A Chamada Acumulação Primitiva. *O Capital*. São Paulo: Difel, vol. 1, livro 2, p. 828 - 894, 1982.
- MATUS, Carlos. *Planificação, Liberdade e Conflito*. Caracas: Ministério da Saúde e da Assistência Social da Venezuela, 1989. Conferência traduzida pelo Governo Paralelo do PT, 85 p.
- NAVARRO, Zander; MORAES, Maria Stela; MENEZES, Raul. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. MEDEIROS, Leonilde Servolo e LEITE, Sérgio. *A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/CPDA, p. 19 - 68, 1999.
- RIBEIRO, Marlene. *De Seringueiro a Agricultor/Pescador a Operário/Metalúrgico: um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização, organização dos trabalhadores amazonenses*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1987. Dissertação de Mestrado. 375 p.
- _____. *Pedagogias de Esperança nos Movimentos Sociais Populares*. Perspectivas para o trabalho, a política e a educação projetadas pelo MST. Projeto de pesquisa aprovado no CONSEPE/UFRGS, 1998a.
- _____. O caráter pedagógico dos movimentos sociais. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, p. 41 - 71, nov./1998b.
- _____. *Relatório Final de Avaliação - Projeto Lumiar/RS*. Porto Alegre: INCRA; COCEARGS; CAPA; UFRGS, Fev./2000. 25 p. Documento inédito.
- SANTOS, Alvorí Cristo dos. *A Reflexão sobre a Prática da Assistência Técnica na Implantação de um Modelo de Desenvolvimento em Assentamentos de Reforma Agrária*. Porto Alegre: Lumiar/RS, jul./1998. 30 p, (Relatório de Pesquisa).

STÉDILE, João Pedro. A Questão Agrária e o Socialismo. (org.) *A Questão Agrária Hoje*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, p. 306 - 322, 1994.

ZERO HORA. *Adubação Inusitada*. Campo e Lavoura. Porto Alegre, 10/02/2000, p. 36.